

ARTIGO

A EXPANSÃO DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO: O SAPS NA METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

EDSON GABRIEL DOS SANTOS DIAS

Mestre em História das Ciência e da Saúde (COC/FIOCUZ) com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0303-1991>

RÔMULO DE PAULA ANDRADE

Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz; Bolsista de Produtividade CNPQ.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4384-5105>

RESUMO: Este artigo analisa a expansão das políticas alimentares na região amazônica, com foco na atuação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em Belém do Pará. A partir de bibliografia temática e fontes de periódicos locais, discutimos as interpretações políticas, científicas e epistemológicas sobre a alimentação amazônica e a imposição de cardápios universais pelos programas de assistência e educação alimentar da autarquia a fim de transformação dos hábitos alimentares amazônicos. Evidenciamos as tensões e contradições entre as diretrizes do SAPS e as especificidades socioculturais dos trabalhadores urbanos, revelando conflitos e adaptações no processo de implementação das políticas públicas de alimentação na Amazônia.

PALAVRA-CHAVE: Alimentação; SAPS; Amazônia.

THE EXPANSION OF FOOD POLICIES: SAPS IN THE AMAZON METROPOLIS

ABSTRACT: This article analyzes the expansion of food policies in the Amazon region, focusing on the role of the Social Security Food Service (Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS) in Belém, Pará. Drawing on thematic literature and local newspaper sources, we discuss political, scientific, and epistemological interpretations of Amazonian food practices, as well as the imposition of universal menus through the agency's food assistance and education programs aimed at transforming local dietary habits. We highlight the tensions and contradictions between SAPS guidelines and the sociocultural specificities of urban workers, revealing conflicts and adaptations in the implementation of public food policies in the Amazon.

KEYWORDS: Food; SAPS; Amazon.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v84p144-178>

Recebido em: 30/06/2025

Aprovado em: 25/08/2025



Introdução

As transformações políticas e econômicas provenientes da Revolução de 1930, promoveram impactos significativos nas estruturas políticas e econômicas, bem como nas relações socioculturais e nas políticas sociais e de saúde pública, alinhadas aos interesses das elites científicas e intelectuais da época (Saretta, 1995; Hochman, 2005; Fonseca, 2007; Hochman; Fonseca, 1999). À medida que médicos nutrólogos passaram a integrar dimensões da administração pública e se inserir nos debates políticos no cenário nacional, as precárias condições de saúde e alimentação ganharam visibilidade, expondo a tenacidade da fome e da desnutrição na sociedade brasileira. Assumindo relevância na formulação de políticas sociais e de saúde pública durante o Governo Vargas (1930–1945) (Muniz, 2014).

Nesse contexto, as conjunturas políticas e sociais do início da década de 1940 foram determinantes para a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). O órgão tinha como objetivo principal promover a alimentação racional, sob a égide da Ciência da Nutrição, e o fornecimento de alimentos básicos a preços módicos aos trabalhadores urbanos regularizados¹ da cidade do Rio de Janeiro (Brasil, 1940). O SAPS constituiu-se como a primeira agência nacional voltada especificamente à formulação e execução de uma política pública de alimentação, com o propósito de transformar os hábitos alimentares dos trabalhadores por meio do fornecimento de refeições cientificamente balanceadas. Para além das dietas racionais, a autarquia oferecia um conjunto articulado de serviços de natureza econômica, sociocultural e educativa, integrados aos programas de assistência e educação alimentar (L'abbate, 1988; Evangelista, 2012).

O presente artigo corresponde a um recorte da dissertação de mestrado intitulada *A marcha das políticas de alimentação: o SAPS na integração da Amazônia*, e tem o objetivo de contribuir para a historiografia das políticas públicas de alimentação no país a partir do processo de expansão

¹ Trabalhadores vinculados ao emprego formal urbano, tiveram acesso a direitos e benefícios sociais, como previdência, saúde, alimentação e aposentadoria, condicionados ao nível ocupacional. Esse modelo configurou uma forma de cidadania regulada, na qual o Estado delimitava o acesso aos direitos, promovendo a exclusão e a hierarquização da cidadania, enquanto trabalhadores rurais e informais permaneceram à margem, desprovidos de proteção social (Santos, 1979).

do SAPS para a região amazônica, sendo um processo de negociações, adaptações e desentendimentos políticos entre a autarquia e a elite local. Uma das questões que iremos destacar envolve a forma que os experts (não) utilizavam a culinária amazônica nas refeições, em um processo que envolveu um reforço, por meio da alimentação, de velhos clichês sobre a região, agora referendados pela nutrição. Outro ponto de fundamental da discussão foi o preço das refeições, alvo de protestos por parte de políticos locais e de trabalhadores.

No que tange à expansão do SAPS para a região da Amazônia, Costa (2016) ressaltou símbolo atribuído a instituição como estratégia política para enfrentamento dos problemas sociais relacionados à alimentação, habitação e educação. Os governos locais, utilizavam-se do SAPS como ferramenta política sob a retórica de aprimorar as condições de saúde e nutrição da população, além de aumentar o padrão alimentar e o rendimento dos trabalhadores. A autora observou que a dieta amazônica se tornou alvo de debates que defendiam mudanças racionais nos costumes alimentares, refletindo os interesses políticos e sociais das elites regionais, alinhados a discursos de modernização e progresso que buscavam transformar a alimentação como parte do projeto de desenvolvimento.

De acordo com Muniz (2014), até os anos de 1940 as políticas de saúde pública negligenciavam as condicionantes alimentares e nutricionais, mas com o avanço do processo de modernização, industrialização e urbanização, aliado a uma conjuntura internacional favorável, possibilitou a aproximação entre os paradigmas científicos da nutrição e as práticas das políticas sociais. Segundo o autor, esse período marcou a consolidação dos paradigmas nutricionais, com base na experimentação científica dos alimentos, além da atribuição de valores simbólicos a determinados itens alimentares, como a farinha e derivados da mandioca, associados à pobreza e à ignorância, os quais se tornaram alvo das políticas de educação alimentar da autarquia.

A institucionalização das políticas de saúde no Brasil, em consonância com o discurso desenvolvimentista, favoreceu a atuação de agências internacionais, especialmente filantrópicas norte-americanas, que colaboraram com instituições brasileiras na formulação e execução de políticas de combate à desnutrição e às doenças endêmicas. Nesse contexto, firmou-se uma cooperação expressiva entre nutrólogos brasileiros e técnicos

dos Estados Unidos, por meio de acordos com o SAPS, voltados à educação alimentar e à formação profissional, tornando-se um elemento crucial para a expansão dos serviços públicos de saúde e alimentação na Amazônia e no Nordeste brasileiro (Silva; Andrade, 2022).

O SAPS, a priori desempenhou um papel fundamental na ampliação das políticas sociais do Estado Novo e, posteriormente, adaptou-se às condições das perspectivas e estruturas políticas e ideológicas dos governos subsequentes, desde sua criação em 1940, na redemocratização até a extinção em 1967 pela Ditadura Civil-Militar. Na medida que a autarquia se consolidava na sociedade brasileira, sindicatos dos trabalhadores requisitavam a expansão dos serviços de alimentação para atender às demandas de alimentação (Evangelista, 2012).

Conforme demonstrado por L'abatte (1988) e Evangelista (2012), o órgão passou por significativa expansão no período pós-1945. Até então, contava com 44 unidades distribuídas pelo Distrito Federal e Estado do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo (Brasil, 1945). A partir de 1946, iniciou uma fase de expansão com a implantação de 133 novas unidades na cidade do Rio de Janeiro e em diversos estados brasileiros (A Manhã, 1950).

Sob a gestão do major Umberto Peregrino a partir de 1947, o SAPS consolidou o caráter expansionista, registrando a abertura de 16 novos Restaurantes Populares para os trabalhadores, marcando o expressivo crescimento em relação aos sete restaurantes existentes anteriormente (A Manhã, 1950). A descentralização do SAPS alcançou importantes centros urbanos entre eles a cidade de Niterói (RJ), Santos (SP), Juiz de Fora (MG), Recife (PE), além de capitais regionais incluindo São Paulo (SP), Salvador (BA), Fortaleza (CE) e Belém (PA), resultando em 1950, no plano de inauguração de cinco Restaurantes Populares, complementados pela biblioteca e discoteca do SAPS (A Manhã, 1950; 1948; Gazeta de Notícias 1948).

Contudo, a expansão das políticas de alimentação se insere no contexto de consolidação do Estado nacional, reforçando a perspectiva nacionalista de integração territorial e de fortalecimento da autoridade pública no interior do país, utilizando a alimentação como instrumento estratégico da ação governamental. Assim, tal processo não pode ser analisado de forma isolada, mas como parte de dinâmicas mais amplas que articulavam dimensões

sociais, econômicas, políticas e científicas, em permanente diálogo entre escalas nacionais e internacionais.

No caso da Amazônia, as políticas públicas estiveram associadas ao processo de centralização do poder estatal, articuladas às esferas estadual e municipal com o objetivo de promover uma cobertura integrada do territorial nacional. A implantação do SAPS na região representou um duplo movimento: por um lado, a inserção político-econômica da Amazônia no projeto nacional desenvolvimentista; por outro, a interiorização do poder estatal por meio de estratégias nutricionais, evidenciando o papel da alimentação como vetor de modernização e controle social. O SAPS estabeleceu na Amazônia uma rede estratégica de unidades nos principais centros urbanos da cidade de Belém (PA), São Luís (MA), Manaus (AM) e no Território Federal do Amapá, do Acre e Guaporé (Brasil, 1948).

Em Belém, estabeleceu os serviços de assistência alimentar aos trabalhadores urbanos através da comercialização de refeições balanceadas no Restaurante Popular e com a venda de produtos de primeira necessidade nos Postos de Subsistência, distribuídos nos bairros periféricos. Desenvolveu ainda, o programa de educação alimentar por meio do Serviço de Visitação Alimentar (SVA), com visitas domiciliares e demonstrações higiene, horticultura e economia doméstica, além da formação dos Clubes dos 4E (Espírito, Educação, Esforço e Êxito) com o objetivo de promover, entre crianças, jovens e mulheres, a alimentação racional e o incentivo à produção de alimentos, por meio de demonstrações práticas de culinária e atividades educativas voltadas ao cultivo de hortas domésticas (Brasil, 1944). Além disso, o SAPS em Belém foi composto pela Delegacia Regional; o Armazém Distribuidor de gêneros alimentícios e pela Biblioteca e Discoteca do SAPS para atividades socioculturais e educativas.

A pesquisa incide na análise de periódicos e jornais históricos consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna, no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves em Belém. Entre as fontes primárias, destacam-se as publicações da autarquia no *Boletim do SAPS* (1945 – 1950). A análise das fontes dialoga com as reflexões de Ferreira (1996), segundo as quais os periódicos médicos, desde o século XIX, desempenharam papel central no processo de institucionalização da ciência no Brasil, atuando como

instrumentos de legitimação social e de produção efetiva do conhecimento médico e científico.

Nesse sentido, compreendemos que a relação entre a elite médica nutróloga e a sociedade, mediada pela imprensa, permite examinar a circulação de concepções nutricionais, higiênicas, de saúde pública e sobretudo, na difusão das políticas públicas de alimentação na Amazônia. Luca (2008) corrobora que os periódicos desempenham papel fundamental como mediadores de narrativas históricas e instrumentos de legitimação social, atuando como dispositivos de “produção de sentidos” e arenas de disputa por representação e hegemonia simbólica.

Desse modo, analisamos jornais de grande circulação editados no Rio de Janeiro, entre eles *A Manhã*, *A Noite*, *Gazeta de Notícias*, cuja análise, sob a perspectiva de Bacellar (2005) e Luca (2008), contribuiu para compreensão da expansão dos serviços do SAPS em âmbito nacional. Por outro lado, foram analisados periódicos locais e regionais, tais como *Alto Madeira* (Território Federal do Guaporé), *Diário de São Luiz* (MA), *A Ordem* (RN), *Jornal do Commercio* (AM), *O Acre* (Território Federal do Acre) e *Pacotilha/O Globo* (MA), além de edições de *O Liberal* (Pará, 1946 – 1947, 1951), no intuito de mapear a expansão das políticas de alimentação.

Em Belém, ponderamos periódicos locais para contextualizar o processo de implantação e identificar os serviços oferecidos pelo SAPS, os grupos sociais assistidos e as contradições associadas ao processo de urbanização e modernização, bem como os impactos diretos sobre as condições de saúde e alimentação da população, entre os jornais locais destacaram-se: *A Província do Pará*, *A Vanguarda*, *Folha do Norte* e *O Liberal*.

Observamos como a dinâmica da imprensa reforça a interpretação de que os jornais atuam como agentes performativos na construção e na contestação de políticas públicas de alimentação. No plano político, as fontes da imprensa local revelaram embates entre o Partido Social Democrático (PSD), liderado por Magalhães Barata, e o Partido Social Progressista (PSP), representado por Paulo Maranhão. Nesse contexto, jornais como *O Liberal* e *Folha do Norte* respectivamente, atuaram como veículos de propaganda e deslegitimação recíproca, expressando as disputas pelo poder no cenário paraense do pós-Estado Novo e no controle das políticas de alimentação.

Segundo Figueiredo (2005), a imprensa paraense exerceu papel central na vida social e política de Belém, com cerca de 300 jornais em circulação na capital e aproximadamente 730 títulos publicados em todo o Estado. Segundo autor, os periódicos eram utilizados por distintos grupos sociais para divulgar ideais políticos, reafirmar identidades culturais, refletindo os interesses econômicos e políticos, tendo seu alcance limitado à parcela letrada da população. Contudo, as análises dos periódicos locais permitiram reconstruir a atuação do SAPS na Amazônia, destacando as ações de assistência e educação alimentar e as tensões resultantes do confronto entre as políticas estatais e as realidades locais.

Para tanto, tomamos a cidade de Belém, capital do Estado do Pará, situada entre os anos de 1940 e 1954, como recorte espacial e temporal, tendo em vista à sua posição privilegiada no centro político-comercial da região desde sua fundação em 1616. Localizada entre a Baía do Guajará e o Rio Guamá, sua rede hidrográfica controlou a economia local e configurou as estruturas socioculturais, influenciando modos de habitação, alimentação e as identidades locais (Penteado, 1968; Cruz, 1973). Durante o final do século XIX e início do século XX, o ciclo da borracha transformou Belém em uma metrópole cosmopolita, marcada pela arquitetura da *Belle Époque* e migrações em massa que tensionaram os problemas sociais (Sarges, 2010; Lacerda, 2006).

Posteriormente, nas décadas de 1940 e 1950, sob a gestão de Magalhães Barata a cidade foi inserida no processo de modernização em convergência com as perspectivas do Estado Novo, impulsionando a industrialização e a urbanização, que transformaram as relações socioespaciais, culturais, cotidianas e de trabalho, com impactos diretos no abastecimento e nos hábitos alimentares. No entanto, o processo de modernização estabeleceu desigualdades socioespacial e intensificou os problemas sociais, sanitários e de abastecimento alimentar nas periferias, onde a população e a classe operária sobreviviam com carências nutricionais e surtos de tuberculose (Fontes, 2002; Chaves, 2016).

Portanto, Belém emergiu como síntese das dinâmicas amazônicas, onde heranças coloniais e projetos desenvolvimentistas de meados do século XX se entrelaçaram, agravando crises sanitárias e sociais, estabelecendo, portanto, um cenário chave para analisar os efeitos das políticas alimentares do SAPS na Amazônia.

Dividimos este artigo em três seções para apresentar as discussões propostas. Na primeira seção analisamos como discursos históricos, políticos e científicos que construíram o imaginário social sobre a Amazônia como uma região marcada pela pobreza e desnutrição, contribuíram para a justificação da intervenção estatal por meio de projetos desenvolvimentistas que marginalizaram os saberes e práticas alimentares locais. Destacamos as contribuições de nutrólogos como Josué de Castro e Dante Costa, cujas concepções definiram a alimentação amazônica como nutricionalmente inadequada e determinaram as ações do SAPS na Amazônia, propondo transformações baseadas em critérios científicos universalistas convergidos nos ideais desenvolvimentista e modernizadores para a região.

Nesse contexto, as questões alimentares incorporam como certa prioridade entre os problemas sociais da região, destacando-se entre os debates políticos e científicos voltados ao combate à fome, desnutrição e precariedade do abastecimento, reforçando epistemologias coloniais na medida em que negligenciavam a complexidade simbólica, ecológica e cultural dos sistemas alimentares locais.

Na segunda seção, analisamos a atuação do SAPS na capital paraense, com a implantação de serviços de assistência alimentar em bairros periféricos e no centro industrial e comercial da cidade, em função da intensa circulação de trabalhadores e mercadorias. A atuação também se expandiu para municípios do interior, integrando-se à política nacional de modernização e interiorização do Estado na Amazônia.

Destacamos, nesse contexto, a inauguração do Restaurante Popular do SAPS, em 1950, como um marco das políticas alimentares na Amazônia. Contudo, apesar do fornecimento de refeições racionalizadas, identificamos e problematizamos a exclusão de alimentos da cultura local e os limites de acesso configurado pelos valores atribuídos às refeições incompatíveis com os baixos salários dos trabalhadores.

Outrossim, discutimos como a adesão aos padrões nutricionais impostos pela autarquia não se deu de forma voluntária, mas devido as difíceis condições socioeconômicas enfrentadas pelos trabalhadores e pela população pobre da capital paraense. Do mesmo modo, apresentamos as tensões sociais provocadas pelo aumento dos valores das refeições do Restaurante do SAPS, revelando o descompasso entre os objetivos das

políticas de assistência alimentar e as necessidades reais da classe trabalhadora paraense.

Na terceira seção, observamos a atuação do Serviço de Visitação Alimentar (SVA) do SAPS na Amazônia, como parte de um projeto estatal de modernização dos hábitos alimentares. Baseado em princípios científicos e higiênicos articulados à ciência, cultura e poder, o programa buscava reformular práticas locais por meio de visitas domiciliares, cursos, programas como o Desjejum Escolar e os Clubes dos 4E, voltados à formação nutricional e cívica, especialmente de mulheres e crianças. Assim, inferimos que apesar de sua expansão, o SVA reproduziu exclusões sociais e impôs padrões alimentares externos, revelando tensões entre os objetivos modernizadores do Estado e as culturas alimentares locais.

“Amazônia faminta”: representações históricas, políticas e científicas da alimentação amazônica

A representação histórica da Amazônia, como uma região marcada pela hostilidade da natureza difundidas pelos naturalistas do século XVII, complementada pelo pensamento social brasileiro e pelos discursos políticos e científicos de meados do século XX, reforçaram concepções colonialistas que subalternizaram a região e marginalizaram seus povos e suas práticas socioculturais, subjugadas à condição de pobreza e miséria diante do sistema moderno-colonial e capitalista (Porto-Gonçalves, 2017). Tornando-se argumentos fundamentais para justificação da intervenção do Estado nacional sob a retórica dos discursos de modernização e desenvolvimento, inserindo-os nos projetos nacionalistas de integração e centralização do poder estatal.

Na Amazônia, a alimentação é atualmente compreendida como um dos principais símbolos da identidade regional, sendo configurada por hábitos alimentares construídos historicamente a partir de relações socioculturais, políticas e econômicas. No entanto, em razão dos estigmas atribuídos à região, esses hábitos foram frequentemente reduzidos à condição de sinônimo de pobreza e atraso.

Autores como Gilberto Freyre (2003) e Luís da Câmara Cascudo (1967) destacaram a formação da cultura alimentar brasileira como resultado das

confluências de povos indígenas, africanos e portugueses durante o período colonial, atribuindo à mandioca um papel central na colonização bem como na constituição da cultura alimentar, caracterizaram a alimentação amazônica como “a mais indígena” tendo em vista sua sobreposição nos hábitos e costumes locais. Todavia, Maciel (2004) ressalta que a formação da cultura alimentar brasileira não ocorreu harmoniosamente, dado o contexto de subalternização e exploração dos povos originários e diaspóricos sob a dominação colonial portuguesa.

Nessa perspectiva, Muniz (2015, p. 60) aponta que os intelectuais que avaliaram a alimentação na Amazônia, em diversas ocasiões, a avaliaram de modo condenatório, classificando os hábitos de consumo de plantas e animais locais como “exóticos”. Por outro viés, médicos nutrólogos como Josué de Castro e Dante Costa interpretaram a alimentação amazônica como um fator determinante para o metabolismo e a produtividade das populações, vinculando-a diretamente à sua suposta condição de miséria e subdesenvolvimento. Para esses profissionais, os padrões alimentares regionais expressavam um “destino manifesto” de pobreza, seguindo as concepções dominantes à época (Muniz, 2015).

Médico e geógrafo, Josué Apolônio de Castro² observou a centralidade da farinha de mandioca na alimentação amazônica, considerando-a o principal componente da dieta regional, acompanhada por molhos de ervas e pimentas, além de pequenas porções de arroz, feijão, peixes, carnes de caça e ovos de quelônios. Castro (1961, p. 57) afirmou que “a região da Amazônia representa, sob um ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizada, tendo como alimento básico a farinha de mandioca”. Todavia, reconheceu o papel simbólico da mandioca na formação das identidades culturais da região.

Castro (1961) também identificou a baixa ingestão de legumes e verduras, bem como a limitação do consumo de frutas, restrito principalmente às espécies oleaginosas, como buriti, açaí e castanha-do-Pará.

² Médico nutrólogo, geógrafo e intelectual pernambucano que se destacou pelos estudos pioneiros sobre a fome no Brasil e no mundo, em suas obras denunciou a fome como problema estrutural de ordem social, política e econômica, e não como fenômeno natural. Atuou como professor universitário, deputado federal e presidente do Conselho Executivo da FAO/ONU, defendendo a reforma agrária e políticas públicas de alimentação. Cassado pelo regime militar em 1964, exilou-se em Paris, onde lecionou na Sorbonne até sua morte (Nabuco, 2021).

Destacou ainda a ausência de práticas agrícolas sistematizadas, a insuficiência de recursos econômicos e de infraestrutura de transporte, além da variação sazonal de determinados alimentos que compõem a dieta local, o que restringia seu impacto nutricional ao longo do ano. Ressaltou, por fim, que as condições ecológicas e hidrográficas influíam na composição e na transformação química dos alimentos, contribuindo para seu baixo valor nutricional. Uma exceção eram as árvores de grande porte, que, por receberem maiores índices de insolação, apresentavam maior concentração de nutrientes essenciais, ao contrário da mandioca, considerada altamente calórica, mas de reduzido valor nutritivo.

Josué de Castro definiu a dieta amazônica como “pobre” e “escassa”, em razão da ausência de “alimentos protetores”, como carne bovina, leite, ovos, legumes e verduras, o que determinava a penúria vitamínica, minerais e de proteínas responsáveis pela incidência de quadros de beribéri, distúrbios gastrointestinais, raquitismo, cáries dentárias, paludismo e geofagia. Segundo o autor, a combinação de fatores socioculturais, políticos, econômicos, ambientais e ecológicos associavam os hábitos alimentares à fome, à desnutrição e ao “atraso”. Desse modo, a alimentação amazônica, marcados pela cultura dos povos originários, caracterizava-se como “carentes” e “limitados”, nutricionalmente insuficientes (Castro, 1961).

Observamos, que Josué de Castro desempenhou um papel fundamental ao denunciar a fome como um problema estrutural de ordem social e política no Brasil, tornando-se referência para formulação de políticas públicas voltadas à transformação dos hábitos alimentares e à promoção de uma readequação nutricional alinhada ao projeto de modernização estatal. Contudo, suas concepções se inserem nos ideais desenvolvimentistas, assumindo um olhar universalista ao interpretar os sistemas alimentares amazônicos como expressões de “escassez” e de “atraso”. Dessa forma, suas análises reproduziam clichês e reforçavam estigmas colonialistas que marginalizaram as complexidades simbólicas, culturais e sociais que estruturam a alimentação da Amazônia.

O médico pernambucano atribuíu a (má) alimentação dos amazônidas à colonização lusitana, caracterizada pela exploração predatória dos recursos naturais e pela destruição das organizações socioculturais locais. Nunes

Pereira³ compartilhava dessa perspectiva, ao enaltecer o modelo de colonização anglo-saxão, que teria racionalizado a exploração dos recursos. Em contraposição, Arthur César Ferreira Reis, então superintendente da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), defendia a política colonial portuguesa como “necessária para o estabelecimento de bases alimentares para a superação da natureza hostil” (Pereira, 1974. pp. 4–5).

De acordo com Nunes Pereira:

Daí a Amazônia faminta que nos legaram, cujas lendas e cujos mistérios se chocam, paradoxalmente, com a realidade que é essa Amazônia com populações escassas e inertes, cuja vida média entre os gráficos da tuberculose, do paludismo, da lepra e da mortalidade infantil, cujas reservas precárias de animais silvestres e aquáticos ano a ano se reduzem, cuja pecuária e cuja agricultura ainda são das mais primitivas do país, cujos rios e canais, se não estão entulhados, estão praticamente abandonados e inexplorados, cujas cachoeiras captáveis estão por explorar, cujos caminhos e comunicações estão por abrir no rumo de zonas mais ricas e de populações mais laboriosas, cujo parque industrial aproveita quatro a cinco matérias primas das suas florestas (Pereira, 1974. pp. 4 – 5).

Segundo Nunes Pereira (1947), a solução concretizaria na modernização das práticas agropecuárias, a industrialização orientada por estudos técnicos, a valorização do trabalhador amazônico por meio da educação e assistência social, e a ampliação das infraestruturas de transporte e comunicação, associadas ao uso racional da terra como estratégia para combater a fome na região.

Nessa perspectiva, o médico nutrólogo paraense Dante do Nascimento Costa⁴, em seu artigo “Alimentação e o Cultivo da Terra”, defendeu a ideia do uso da terra para fins de “alimentação coletiva” como um “princípio eterno”, validado pela Ciência. Segundo Dante Costa, o cultivo local contribuiria significativamente para a redução dos custos com transporte, viabilizando o

³ Antropólogo e etnógrafo da Amazônia, publicou o artigo “Amazônia na Geografia da Fome” no periódico local *A Província do Pará*. No texto, apresentou suas interpretações, críticas e comentários sobre a obra de Josué de Castro, *Geografia da Fome*, publicada originalmente em 1946 (Pereira, 1947).

⁴ Foi Professor de Dietética do SAPS e do Departamento Nacional de Saúde, chefe da Seção de Alimentação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, Catedrático de Higiene da Faculdade Nacional de Medicina e de Metabologia da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, e médico do Departamento Nacional da Criança; no Exterior, foi membro da *Société Scientifique D'Hygiène Alimentaire de Paris*, *Société de Chimie Biologique*, da *American Academy of Pediatrics* e da *Sociedad de Nutrición y Alimentación* da Colômbia, além de Diretor do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC) da Comissão nacional de Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); sua carreira foi marcada expressamente pela defesa da implementação da Educação Alimentar (Muniz, 2015).

acesso a alimentos mais baratos, acessíveis e de melhor qualidade para a população. Para Costa, uma alimentação adequada exigiria entre 60 e 80 metros quadrados de terra cultivada por indivíduo (Costa, 1940).

Contudo, advertiu que no Brasil, a média das áreas de cultivo era cerca de quarenta vezes inferior ao recomendado, com destaque para a Amazônia, onde a produção de hortas e pequenas lavouras era particularmente incipiente, apesar do seu potencial para fixar o trabalhador à terra e promover a segurança alimentar. Dante Costa ainda destacou o desequilíbrio no crescimento demográfico entre o meio urbano e o rural: enquanto a população das cidades crescia 18,8% em um intervalo de dez anos, no campo o crescimento foi de apenas 3,2%. Para Dante Costa o país não se desenvolveu como uma nação essencialmente agrícola, devido às limitações estruturais da política agrária e suas implicações na organização do sistema alimentar nacional (Costa, 1940).

Na Conferência Latino-Americana de Nutrição, realizada em 1948 na cidade de Montevideu, concretizada pela Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), dr. Dante Costa, como delegado brasileiro e representante do SAPS, apresentou o trabalho intitulado “Pesquisa de Nutrição na Amazônia”. Nele, destacou os desafios alimentares enfrentados na região amazônica, enfatizando a importância de um plano sistemático de pesquisa em nutrição que permitisse compreender a realidade alimentar local e, a partir disso, promover o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a população local (Gazeta de Notícias, 1949).

Desde 1945, os técnicos do SAPS realizavam pesquisas laboratoriais no Rio de Janeiro com o objetivo de avaliar o valor nutricional e o teor de micronutrientes, como cálcio, fósforo e ferro, presentes em frutas típicas da Amazônia⁵. As análises químicas dos alimentos evidenciaram a necessidade de compreender cientificamente sua composição biológica, a fim de subsidiar a elaboração de dietas racionais voltadas à correção dos déficits nutricionais da população local. Entretanto, essas iniciativas não foram suficientes para abranger plenamente as necessidades alimentares, tornando indispensável a realização de novas pesquisas para melhorar a saúde e a

⁵ Entre elas destacam: como uchi, bacuri, cupuaçu, cajá-manga, açaí, pupunha e bacaba, alimentos que complementam a dieta local (Brasil, 1945).

qualidade de vida da população, além de possibilitar a introdução de padrões alimentares baseados em parâmetros científicos e alinhados aos ideais de modernização.

Com base nas análises do valor vitamínico e das proteínas dos alimentos consumidos na região, Dante Costa propôs um plano de intervenção voltado à substituição de alimentos da dieta por produtos regionais acessíveis e abundantes, como o peixe e a castanha-do-Pará, esta última destacando-se como fonte altamente de proteína, com cerca de 96% de proteínas, superando o teor do feijão-preto e aproximando-se do leite. Costa defendeu a racionalização da pesca como estratégia nutricional, bem como o incentivo ao consumo da castanha para suprir carências de proteínas da população. Além disso, sugeriu a realização de campanhas educativas aliadas a pesquisas técnicas voltadas ao cultivo de leguminosas e hortaliças, bem como à preparação adequada do solo, também recomendou a investigação científica de produtos nativos ricos em vitamina A, visando à incorporação planejada desses alimentos em programas de combate à desnutrição na Amazônia (A Província do Pará, 1953).

Para Dante Costa (1965), a alimentação amazônica era “extremamente dramática” e desequilibrada, fundamentando-se principalmente no consumo de farinha de mandioca, peixes e frutas, o que acarretava deficiências de nutrientes essenciais. Diante disso, propôs a distribuição diária de cinco milhões de calorias para superar a “deficiência calórica” e o baixo “nível energético” da população. Com base nos dados do censo da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) de 1950, elaborou estimativas para suprir as necessidades calóricas e proteicas dos amazônidas, diferenciando as demandas nutricionais de distintos grupos etários: crianças (0–9 anos), jovens (10–19 anos), adultos (20–59 anos) e idosos (60–80 anos), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Necessidades calóricas e proteicas diárias na Amazônia.

GRUPOS DE IDADES	PESOS-TIPO (Kg)	POPULAÇÃO (1960)	PROTEÍNAS (g/PESSO-CAPITA)	PROTEÍNAS TOTAIS (Kg)	GRUPOS DE IDADES	PESOS-TIPO (Kg)	POPULAÇÃO (1960)	CALORIAS PER/CAPITA	CALORIAS TOTAIS
0/9.....	17	792.000	34,40	26.620,8	0/9.....	17	792.000	1.450	1.148.400.000
10/19.....	39	585.000	62,40	36.504,0	10/19.....	39	585.000	2.100	1.228.500.000
20/39.....	65	1.089.000	65,00	79.785,0	20/39.....	65	1.089.000	2.800	3.049.200.000
40/+ 60.....	60	94.000	60,00	5.640,0	40/60.....	60	94.000	1.800	169.200.000
TOTAIS GERAIS.....	—	2.560.000	—	142.549,8	TOTAIS GERAIS.....	—	2.560.000	—	5.593.300.000

Fonte: Costa (1965, p. 50-51).

Com o objetivo de combater a “carência vitamínica”, Dante Costa (1965) defendeu o incremento no consumo de leite, verduras, legumes, óleos e gorduras. Para tanto, formulou planos emergenciais centrados no reforço de medidas assistenciais, por meio da ampliação da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), da instalação de Postos de Saúde e Centros de Puericultura, e da expansão dos serviços oferecidos pelos Restaurantes Populares do SAPS.

A curto prazo, sugeriu a implementação de hortas caseiras e escolares, além da produção racionalizada de aves, ovos, leite e manteiga. Também advertiu a criação de colônias agrícolas dedicadas ao cultivo de cereais e leguminosas para fortalecer a base alimentar regional. Para o longo prazo, Costa propôs um conjunto de ações estruturantes, entre as quais se destacam: colonização agrícola planejada, estímulo ao fomento rural, reforma trabalhista em áreas de extração como seringais e castanhais, divisão de grandes propriedades fundiárias, promoção da imigração orientada, oferta de assistência técnica e educacional, reforma agrária e incentivo à industrialização regional (Costa, 1965).

Dante Costa analisou a alimentação na Amazônia, destacando que, embora o consumo de pirarucu oferecesse determinado valor de proteínas, a ingestão frequente de chibé⁶, sem valor nutricional, resultava em uma dieta predominantemente calórica, porém deficiente em gorduras, vitaminas e sais minerais essenciais, o que contribuía diretamente para a alta incidência de

⁶ É preparado com uma porção de farinha de mandioca adicionada a um copo de água com açúcar, ou rapadura, é um alimento predominante consumidos por trabalhadores e crianças (Castro 1961; Muniz, 2015).

enfermidades como malária, tuberculose e lepra (Muniz, 2015). Para Costa, a desnutrição constituía a base de múltiplas patologias, sendo considerada por ele como “a doença das doenças”, responsável pela redução do rendimento laboral, pelo crescimento físico inadequado, pelos elevados índices de mortalidade infantil e por uma população caracterizada por apatia e fragilidade social. Como afirmou: “a desnutrição é o pedestal trágico sobre o qual se amontoam e somam as demais doenças humanas, e na Amazônia, como em toda parte, ela também cumpre esse papel maligno” (Costa, 1965, p. 47).

Miranda, Abreu Jr. e Muniz (2020) destacam que o Primeiro Congresso Médico Amazônico, realizado em Belém em 1939, teve como principal objetivo reintegrar à comunidade médica paraense ao cenário nacional, a partir de debates sobre os problemas sociais e sanitários da região, com ênfase nas questões de saúde e alimentação. O evento contou com ampla participação de diversos setores da sociedade, incluindo representantes da elite política local, evidenciando uma convergência de interesses voltados ao desenvolvimento socioeconômico e científico da Amazônia. Nesse contexto, a nutrição emergiu como tema central, impulsionada pelos elevados índices de mortalidade infantil.

Durante o congresso, Josué de Castro e Dante Costa defenderam a intervenção do Estado e da Ciência como instrumentos essenciais para superar as adversidades naturais e promover a melhoria das condições de vida na região, refletindo os ideais de modernização e o apelo às soluções científicas para os problemas de saúde e sociais na Amazônia, sobretudo, de alimentação e desnutrição. Desse modo, observamos que o debate sobre a desnutrição e os hábitos alimentares na Amazônia envolveu autoridades políticas, científicas e intelectuais, ressaltando a importância das pesquisas científicas na “correção” dos desequilíbrios nutricionais da dieta regional. Além disso, evidenciou a necessidade de promover uma educação alimentar pautada nos avanços da Ciência da Nutrição, entendida como instrumento fundamental para a melhoria da saúde pública e para o bem-estar das populações amazônicas.

Portanto, os debates políticos e científicos sobre alimentação Amazônia determinaram a transformação compulsória dos hábitos alimentares locais por meio de políticas públicas de assistência e educação nutricional, alinhadas

aos projetos desenvolvimentistas e de integração da Amazônia ao imaginário nacional da modernização. À medida que as propostas dos nutrólogos foram traduzidas em políticas públicas marcadas por um viés higienista e universalista solução para a desnutrição impondo novos padrões nutricionais alheios à realidade sociocultural. Desse modo, a expansão das políticas de alimentação à Amazônia, configurou uma intervenção profundamente colonialista, pois desconsiderou que a alimentação na Amazônia não se resume a uma questão biológica ou econômica, mas é parte constitutiva de identidades coletivas, moldadas por cosmologias afro-ameríndias e por intrínsecas relações com o território.

Pobreza e fome: assistência alimentar nos subúrbios de Belém

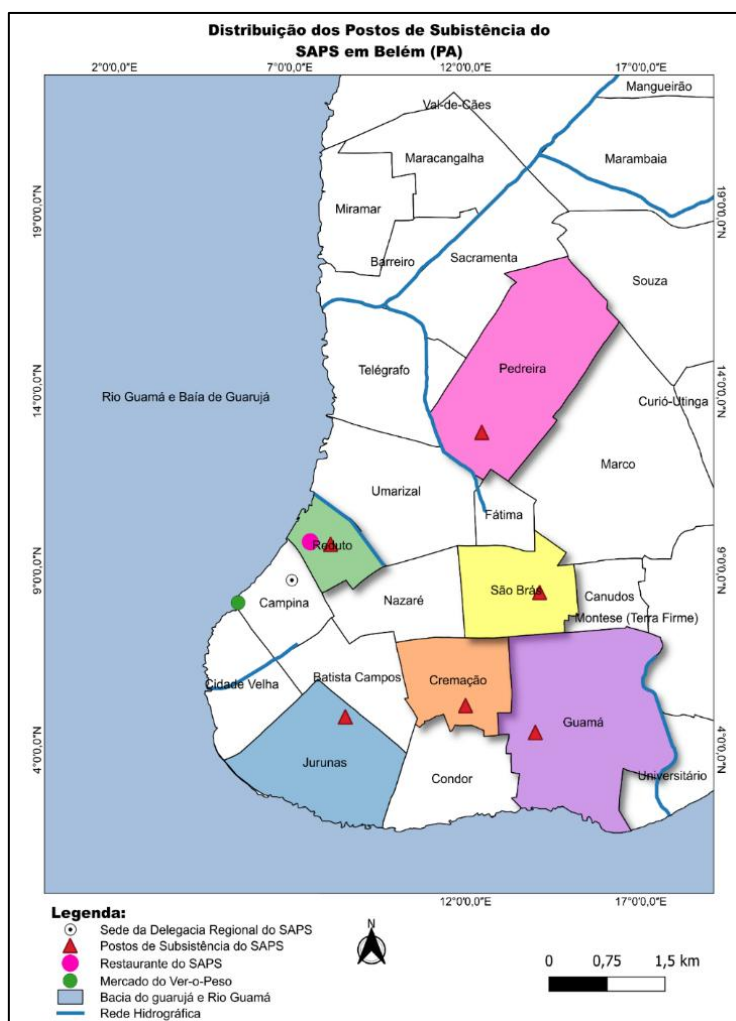
A dinâmica urbana e a intensa circulação de trabalhadores e mercadorias tornaram o bairro do Reduto um ponto estratégico para instalação das primeiras unidades do SAPS a capital paraense. Além do primeiro Posto de Subsistência, também foram implantados o Armazém Distribuidor, o Restaurante Popular, a Biblioteca e a Discoteca do SAPS. No total, cinco postos foram instalados na capital, beneficiando cerca de 25 mil pessoas, menos de 10% da população local.⁷

O primeiro posto de Subsistência situava-se na confluência das ruas 28 de Setembro e Rui Barbosa, área de forte atividade comercial e concentração operária. O segundo e terceiro postos foram instalados respectivamente no Mercado da Cremação e no Mercado Jurunas em junho de 1947, ambos em bairros que configuravam à época a periferia da zona Sul da cidade, densamente ocupados por trabalhadores pobres em precárias condições sanitárias, higiênicas e restritas de serviços públicos de saúde e alimentação (O Liberal, 1947). Durante o mês de setembro de 1947, o quarto posto foi inaugurado no Mercado Municipal de São Brás, no bairro homônimo ao Leste da capital paraense, ponto estratégico de transporte e circulação de mercadorias e trabalhadores dos bairros periféricos e de outras regiões do Estado, consolidando-se como centro alternativo à hegemonia do mercado do Ver-o-Peso (O Liberal, 1947).

⁷ De acordo com dados da prefeitura municipal de Belém, o censo populacional somava 254.949 pessoas em 1950 (IBGE, 1947).

O quinto posto foi instalado na avenida Pedro Miranda, no bairro da Pedreira, na zona Norte de Belém, área marcada pela presença de operários que residiam em condições variadas às margens de igarapés que formam a rede hidrográfica dos subúrbios da cidade (O Liberal, 1952). O bairro da Pedreira desde a década de 1930 já era reconhecido como potencial núcleo de moradia operária, sendo objeto de propostas habitacionais da Liga Nacionalista do Pará. Contudo, os bairros que constituíam a periferia da capital paraense na época, apresentavam distintas condições de abastecimento alimentar que ilustram as desigualdades socioespaciais entre as periferias da capital, refletidas nas condições de saúde, alimentação e habitação da população.

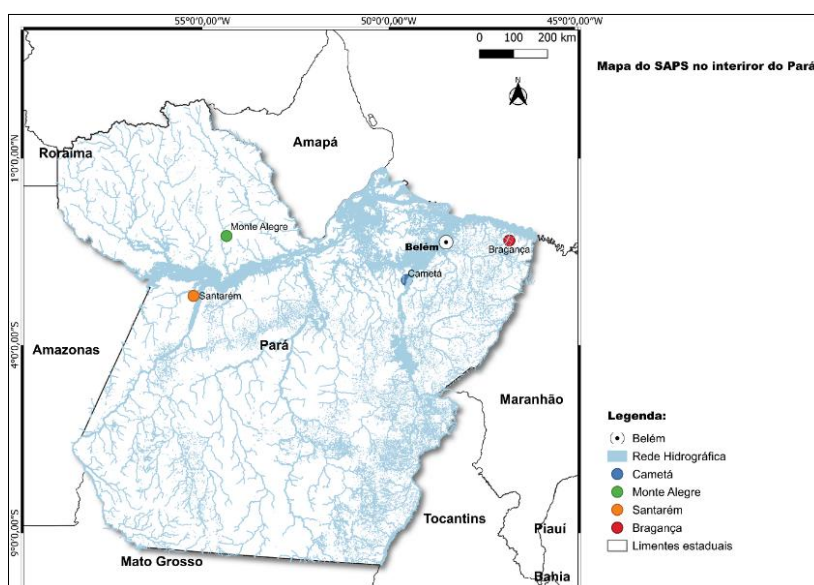
Figura 2 - Mapa da distribuição dos Postos de Subsistência do SAPS em Belém (PA).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na década de 1950, a Delegacia Regional do SAPS do Pará instalou Postos de Subsistência em cidades estratégicas do interior: Monte Alegre, Santarém, Cametá e Bragança (Folha do Norte, 1950), como parte da política de consolidação da presença estatal em regiões de importância econômica e logística para a Amazônia. Monte Alegre e Santarém destacavam-se como polos do Oeste paraense, controlando fluxos comerciais pelo rio Amazonas; Cametá e Bragança articulavam, respectivamente, o sudeste e o nordeste do Estado, com papel central no escoamento da produção agrícola.

Figura 3 - Mapa do SAPS no interior do Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 1952, o volume de vendas mensais dos Postos de Subsistência do SAPS de Belém alcançou Cr\$ 500.000.000, montante expressivo considerando o baixo poder aquisitivo da classe trabalhadora. Em 1959, os postos foram desativados por decisão do diretor-geral, Afonso Cesar, sob a justificativa de que não cabia ao SAPS a responsabilidade pelo abastecimento de mercados. A gestão das unidades, bem como sua logística, foi transferida para as organizações sindicais e para a Comissão de Fiscalização da Alimentação Popular (COFAP) encerrando assim a atuação do SAPS no interior e na metrópole da Amazônia (Jornal do Commercio, 1959).

Além dos Postos de Subsistência, o SAPS desenvolveu programas de assistência alimentar por meio do Restaurante Popular, articulando as políticas públicas de alimentação às iniciativas de modernização e

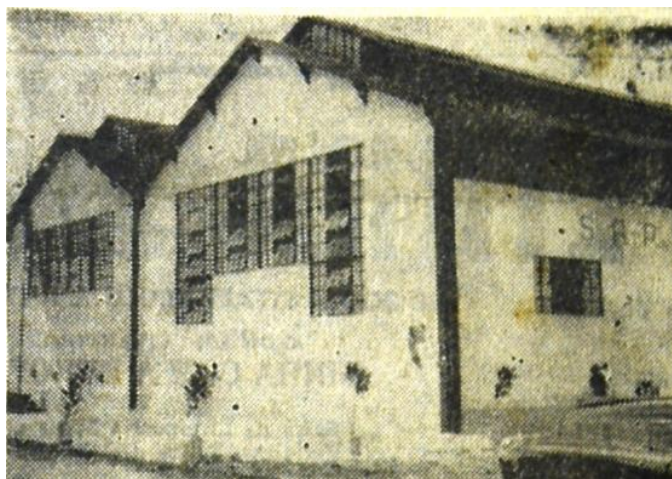
desenvolvimento na Amazônia. O Restaurante Popular, a Biblioteca e a Discoteca do SAPS, foram inaugurados em 24 de outubro de 1950, na praça Magalhães Barata, esquina com a Rua Municipalidade, no bairro do Reduto (A Província do Pará, 1950; Folha Vespertina, 1950).

A cerimônia de inauguração representou um marco significativo na consolidação das políticas de alimentação na região amazônica, contou com a presença das autoridades da autarquia, entre elas o diretor-geral da autarquia, Umberto Peregrino, além de representantes civis, militares, religiosos, sindicais e intelectuais de Belém. O evento foi marcado por discursos que enalteceram o papel do SAPS como instrumento do Estado no enfrentamento dos problemas alimentares na região amazônica (A Província do Pará, 1950).

Em seu discurso, Edgar Penna de Carvalho (Delegado Regional do SAPS de Belém) destacou a atuação de Umberto Peregrino na ampliação nacional da instituição, atribuindo-lhe caráter “dinâmico e visionário”. Peregrino enfatizou os desafios alimentares enfrentados na Amazônia, vinculando-os à economia extrativista, à dispersão demográfica e às dificuldades logísticas, aspectos que, segundo ele, justificavam a implantação de políticas específicas para a região (Folha do Norte, 1950). Influenciado pelas concepções de Josué de Castro, Peregrino reconheceu a complexidade estrutural dos problemas alimentares, embora também atribuísse parte das “deficiências aos hábitos alimentares defeituosos” das populações locais (A província do Pará, 1950).

O Restaurante Popular do SAPS em Belém foi concebido com uma estrutura arquitetônica ampla, priorizando a ventilação e a iluminação natural, alinhada aos padrões de higiene e saúde pública da época. Com entrada pela avinda Santos Dumont, o espaço contava com mecanismos de controle de acesso, capacidade para 200 assentos e servia cerca de 1.500 refeições diárias ao custo de cinco cruzeiros, entre as 10h e 13h30 (Folha do Norte, 1950). A infraestrutura incluía lavatórios, vestiários, um corredor de distribuição de bandejas, além de uma cozinha equipada com fogão industrial, refrigerador e mesas de preparo (A Província, 1950).

Figura 4 - Restaurante Popular do SAPS de Belém.



Fonte: A Província do Pará (1950).

No extremo oposto, localizavam-se a Biblioteca e a Discoteca do SAPS, destinadas ao acesso dos trabalhadores à cultura letrada e musical. O ambiente do restaurante também dispunha de alto-falantes que transmitiam mensagens educativas sobre nutrição, higiene e saúde, intercaladas com programação musical. Segundo o delegado regional Edgar Carvalho, a proposta era promover não apenas a alimentação física, mas também o “cultivo intelectual”, reforçando o caráter educativo da ação estatal por meio da difusão do conhecimento e da racionalização dos hábitos alimentares populares (Folha do Norte, 1950).

As refeições oferecidas pelo Restaurante do SAPS em Belém tinham como objetivo central promoção dos índices nutricionais e otimização do desempenho laboral dos trabalhadores, seguindo os princípios da alimentação racional. A composição nutricional das refeições era criteriosamente planejada, fornecendo aproximadamente:

1.500 calorias, entre 58 e 67 gramas de proteínas, 37 a 44 gramas de gorduras, 196 a 213 gramas de carboidratos, 400 a 900 miligramas de cálcio, 920 a 1.074 miligramas de fósforo, 10 a 100 miligramas de ferro, entre 1.050 e 5.000 unidades internacionais de vitamina A, 750 a 850 miligramas de vitamina B1, 890 a 1.070 miligramas de vitamina B2, 60 a 75 miligramas de vitamina C e de 12 a 24 unidades internacionais de vitamina D (O Liberal, 1951).

Além das refeições, o restaurante do SAPS distribuía marmitas para consumo externo aos trabalhadores, às famílias dos funcionários e às fábricas atendidas pela autarquia, todas submetidas à inspeção técnica e

transportadas em recipientes adequados, conforme os padrões estabelecidos pela instituição, sob o valor de seis cruzeiros. O cardápio, composto por uma seleção variada de alimentos, incluía sobremesa e café, sendo elaborado para atender às necessidades energéticas e nutricionais específicas do trabalhador, em conformidade com os preceitos técnico-científicos da nutrição adotados pelo SAPS (Folha do Norte, 1950).

Figura 5 - Gêneros da refeição do Restaurante do SAPS.

<i>Gêneros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unidade</i>
Leite	200	Mililitros
Carne	100	Gramas
Legumes	100	Gramas
Arroz	300	Gramas
Feijão	60	Gramas
Manteiga	8	Gramas
Pão	30	Gramas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Inicialmente, o Restaurante do SAPS em Belém apresentava cardápios que excluía alimentos da cultura alimentar amazônica, refletindo a estratégia deliberada de padronização dietética conforme os paradigmas nutricionais da instituição. Essa política reforçou a marginalização de práticas alimentares regionais e na imposição de normas dietéticas exógenas, desconsiderando os hábitos e produtos locais. Contudo, ao longo do tempo, observamos certa adaptação gradual do cardápio, com a inclusão de elementos centrais da dieta amazônica, em particular, a farinha de mandioca, extremamente rejeitada pelas diretrizes nutricionais.

Tal inserção sinaliza uma abertura institucional às práticas alimentares locais e ao reconhecimento da identidade cultural alimentar da Amazônia. A resistência dos trabalhadores aos padrões impostos também contribuiu para essa flexibilização, evidenciando um processo de negociação entre política alimentar estatal e cultura alimentar popular. Por outro lado, apesar da predominância de alimentos fixos como arroz, feijão, leite, café, pão e manteiga, considerados “alimentos protetores”, os menus variavam conforme a disponibilidade de insumos no mercado local, revelando a capacidade de ajuste do SAPS às condições de abastecimento sem comprometer a lógica nutricional estabelecida (A Província do Pará, 1950).

Embora o Restaurante Popular do SAPS tenha registrado uma frequência considerável de trabalhadores em julho de 1951, com 19.273 refeições servidas no local e 4.201 marmitas distribuídas, totalizando 23.474 atendimentos; o número poderia ter sido maior caso a localização do estabelecimento não estivesse restrita ao centro industrial do bairro do Reduto, que limitou o acesso de operários de outras regiões de Belém, além dos trabalhadores que tinham uma jornada de trabalho diferente aos horários de operacionalidade do Restaurante e as respectivas fábricas (A Província do Pará, 1951).

Segundo Antônio Caetano (Delegado Regional do SAPS de Belém), a frequência média diária de comensais em 1950 atingiu cerca de 600 frequentadores, em 1951 alcançou em média 900, em 1952 cerca de 1.100 e no primeiro trimestre de 1953, a média ultrapassou a 1.200 de trabalhadores que encontravam no Restaurante uma “dieta racional e higienicamente elaborada” (A Vanguarda, 1953. p. 3). Contudo, a suposta “aceitação” dos trabalhadores às refeições oferecidas pelo Restaurante, não pode ser interpretada como fruto de uma adesão espontânea aos novos padrões alimentares. Tal adesão esteve profundamente condicionada às precárias condições socioeconômicas enfrentadas pela classe operária paraense em meados do século XX. O fator decisivo para a frequência ao restaurante foi, portanto, a possível acessibilidade econômica das refeições, refletindo uma necessidade imposta pela vulnerabilidade social, e não necessariamente uma aprovação consciente do cardápio proposto pela autarquia.

Outrossim, através da crítica do deputado estadual Rui Mendonça (PSD), evidenciamos a disparidade em relação aos valores das refeições do Restaurante estimado em cinco cruzeiros, considerado alto em relação aos baixos salários dos operários paraenses. O deputado propôs à Assembleia Legislativa Paraense (ALEPA) o requerimento ao diretor do SAPS para a redução do valor das refeições em três cruzeiros para atender aos trabalhadores das fábricas do bairro do Reduto, cujos salários limitados inviabilizavam o acesso regular ao restaurante (O Liberal, 1951). Desse modo, Rui Mendonça expôs as limitações das políticas alimentares implementadas pelo SAPS na Amazônia, direcionadas, em tese, à classe trabalhadora, beneficiavam setores de maior poder aquisitivo.

O Delegado Caetano enfrentou severos desafios decorrentes da inflação e do aumento generalizado dos preços dos insumos. Apesar dos crescentes déficits operacionais, a tarifa de cinco cruzeiros foi mantida até outubro de 1953, quando se tornou inevitável a majoração do valor das refeições e das marmitas para oito e dez cruzeiros respectivamente, sob a justificativa de garantir a continuidade e qualidade nutricional dos serviços prestados. Tal medida provocou intensa reação por parte da classe trabalhadora, cujos rendimentos não eram suficientes para arcar com os novos custos, acirrando a crise social em curso na capital paraense (A Província do Pará, 1953).

A precariedade do sistema de abastecimento, os altos índices de inflação dos alimentos constituíam o cotidiano, estabelecendo o cenário de crise social na capital paraense provocando reações populares e manifestações da classe operária sindicalizadas. A medida de majoração das refeições no Restaurante do SAPS foi recebida com veemente oposição pelos operários e provocou repercussões negativas na sociedade, tendo em vista os poucos salários dos trabalhadores, insuficientes cobriam as necessidades básicas. Nesse contexto, a delegação de trabalhadores da Fábrica Perseverança, dirigiu-se ao jornal *A Província do Pará* para protestar contra o aumento do valor das refeições, argumentando que “o novo valor de oito cruzeiros por refeição representava um custo proibitivo ao salário mínimo de apenas 640 cruzeiros” (A Província do Pará, 1953. p. 2).

O episódio, portanto, demonstrou as contradições entre as diretrizes das políticas de alimentação e as realidades dos trabalhadores da Amazônia, revelando a distância entre a retórica institucional e a efetiva garantia do direito à alimentação.

Alimentação Popular e o Serviço de Visitação Alimentar do SAPS

Além dos serviços de assistência alimentar, o SAPS implementou ainda as políticas de educação alimentar na Amazônia, constituindo o esforço institucional para transformação dos hábitos alimentares e elevação dos índices e condições nutricionais da população local, adquirindo um caráter estratégico articulando aspectos da ciência, cultura e poder. Com base em paradigmas científicos da nutrição e princípios de higiene, o SAPS visou a

reformulação dos costumes alimentares regionais. Conforme destacado pela Delegacia Regional, as ações da autarquia transcendiam a mera assistência, envolvendo aspectos biológicos, sociais, econômicos e pedagógicos (O Liberal, 1947).

Maria Odete André Gomes, diretora da Escola de Nutrição Agnes June Leith de Fortaleza (CE), visitou Belém em 1947 a fim de avaliar a implementação do Serviço de Visitação Alimentar na capital paraense, Odete Gomes defendeu a adaptação das diretrizes nacionais às realidades locais, propondo a criação dos Clubes dos 4E como instrumento de transformação dos hábitos alimentares locais, inspirados na experiência de Fortaleza com jovens e crianças por meio das demonstrações práticas de culinária e conhecimento de horticultura doméstica. Ressaltou ainda, a importância do apoio institucional de autoridades civis, militares e religiosas para o êxito do programa na capital paraense (Brasil, 1945; O Liberal, 1947). Destacando os interesses das elites locais e da autarquia sobre a necessidade de modernizar e racionalizar os hábitos alimentares da Amazônia.

No Pará, o SVA realizou visitas domiciliares, cursos sobre nutrição, puericultura, agricultura doméstica, desenvolvidas pelas visitadoras e nutricionistas formadas pela Escola de Nutrição do SAPS de Fortaleza (CE) e Belo Horizonte (MG). Em Belém, o SVA manteve quatro escolas onde funcionavam como centros de difusão dos preceitos e diretrizes nutricionais e higiênicas, estruturados em moldes associativos e inspirados em modelos norte-americanos, além do serviço de Desjejum Escolar direcionado à alimentação infantil (O Liberal, 1952).

Além das visitadoras, destacou-se o médico Orlandino Freitas e a dietista Maria Olímpia Marques Freitas no desenvolvimento do programa de educação alimentar na Amazônia, através de suas articulações políticas e sociais divulgavam frequentemente em periódicos locais a realização de exames de seleção de candidatas à Escola de Nutrição do SAPS, ilustrando a valorização da formação técnica nutricional através da profissionalização progressiva das visitadoras com nomeações aos cargos na autarquia, com salários superiores às bolsas de estudos do SAPS (O Liberal, 1952; A Província do Pará, 1952).

O processo de seleção das visitadoras alimentares, contudo, revelou critérios de classe, gênero e escolaridade. Inicialmente, exigia-se formação

ginasial e faixa etária restrita entre 20 e 25 anos, refletindo o direcionamento para mulheres urbanas de classe média da capital paraense (O Liberal, 1947). Posteriormente, com a expansão do programa e a necessidade de aumentar o corpo de visitadoras para atender um maior contingente, os requisitos foram flexibilizados, demonstrando a dificuldade de recrutamento e a urgência em formar profissionais especializadas em alimentação para a Amazônia (A Noite, 1947; Jornal do Commercio, 1950).

Sob a coordenação de Umberto Peregrino e Clélia de Castro Pires, o SVA consolidou-se como eixo articulador entre nutrição, educação e modernização, através da criação dos Clubes dos 4E e outros núcleos, como o Clube de Moças e o Clube de Donas de Casa, internalização da formação nutricional e higiênica da população, em consonância com os ideais do desenvolvimento nacional e de modernização da Amazônia (Brasil, 1945).

O relato de Manoel Sampaio Melo, jovem presidente de um Clube dos 4E, oferece uma perspectiva singular da internalização do programa de educação alimentar na capital paraense. Manoel descreveu as atividades no Clube com aulas de higiene alimentar, horticultura e economia doméstica desenvolvidas pelas visitadoras do SAPS, destacou ainda, a atuação de Umberto Peregrino como símbolo de “progresso”, associando o SAPS à construção de um futuro moderno para a Amazônia. O discurso de Manoel Sampaio, evidenciou a interseção de valores que associam o conhecimento científico ao desenvolvimento nacional, no âmbito da alimentação, como eixo central do projeto desenvolvimentista da Amazônia à época (Brasil, 1950).

Outrossim, as atividades do SVA em Belém integraram-se ao campo simbólico, através das festas cívicas, como desfiles e apresentações protagonizados pelas crianças dos Clubes dos 4E, e eventos como o “Natal do Filho do Trabalhador”, que serviram como vitrine para a divulgação dos princípios do SAPS, promovendo o patriotismo e reforçando a presença do Estado no cotidiano popular na capital paraense (O Liberal, 1951). Desse modo, os Clubes funcionavam como espaços de reprodução de valores sociais, promovendo a integração entre escola, família e Estado (O Liberal, 1947b).

A atuação do SAPS, portanto, refletia as ambiguidades de um projeto que mesclava ciência, controle social e integração nacional sob a lógica centralizadora e modernizante do Estado brasileiro. Nesse sentido, o SAPS configurou-se como um agente de um projeto de engenharia social, ao

difundir padrões de alimentação científica e práticas de higiene com vistas à homogeneização dos costumes locais. Assim, inferimos que o SAPS em Belém revelou os paradoxos das políticas públicas de alimentação. Se, por um lado, promoveram avanços concretos nas condições nutricionais e na bem-estar dos trabalhadores, por outro, impuseram modelos alimentares hegemônicos, ignorando as especificidades culturais regionais.

Considerações finais

O SAPS assumiu uma função que extrapolava a simples assistência alimentar, ao propor a reeducação dos padrões alimentares regionais com base em preceitos científicos da nutrição. Sua atuação, por meio do Restaurante Popular e de programas de visitação alimentar, visava não apenas garantir o acesso à alimentação, mas também transformar os hábitos populares em conformidade com os ideais de saúde, produtividade e racionalidade do Estado desenvolvimentista. Dessa forma, consolidou-se como mecanismo de intervenção estatal que articulava assistência social, disciplina alimentar e modernização dos costumes na Amazônia.

Essa perspectiva estabeleceu uma relação linear entre alimentação precária, doenças endêmicas e subdesenvolvimento regional, ignorando os sistemas alimentares autóctones e os saberes dos povos originários. Na década de 1940, tais diagnósticos foram convertidos em políticas públicas de viés higienista e universalista, que buscavam modificar compulsoriamente os hábitos alimentares como solução para a desnutrição e às doenças endêmicas. Contudo, essas intervenções revelaram-se reducionistas, ao desconsiderarem os sentidos simbólicos e culturais da alimentação amazônica, intrinsecamente ligados a identidades coletivas, cosmologias afro-ameríndias e relações históricas com o território.

As políticas alimentares implementadas nas décadas de 1940 e 1950 demonstraram como dimensões políticas, econômicas e sanitárias se entrelaçavam, reforçando desigualdades socioespaciais na metrópole da Amazônia. Ao mesmo tempo, evidenciaram os conflitos entre diferentes campos do conhecimento e interesses no processo de modernização da produção de alimentos. Enquanto as autoridades defendiam novas tecnologias e padrões nutricionais, resistências culturais e limitações

estruturais desafiavam tais iniciativas, revelando a complexidade de transformar sistemas alimentares em um contexto marcado por heranças coloniais e crises econômicas.

Segundo Dante Costa, a ciência da nutrição deveria orientar a racionalização da produção e do consumo alimentar, considerando os hábitos culturais e os recursos ecológicos de cada região. Atribuiu, assim, ao SAPS o papel de “orientador da política alimentar brasileira”, sobretudo no que se referia à “correção” dos hábitos alimentares na Amazônia. Entretanto, reconheceu que, em Belém, os serviços de alimentação permaneceram restritos ao Restaurante Popular, evidenciando os limites da autarquia diante das complexas demandas regionais. Para Costa, o subdesenvolvimento da Amazônia não decorria apenas de fatores naturais ou geográficos, mas das precárias condições sociais que sustentavam uma realidade de “pobreza generalizada” (Costa, 1953).

Durante a VII Jornada de Puericultura e Pediatria, realizada em Belém em 1953, Dante Costa reforçou a necessidade de políticas estruturadas, vinculando o Plano de Valorização da Amazônia ao combate dos problemas nutricionais. Como medida emergencial, propôs a racionalização da pesca e a criação de mercados fluviais, inspirando-se em experiências da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) na Grécia (Costa, 1953).

A análise da expansão das políticas de alimentação no Brasil, por meio do SAPS entre 1940 e 1954, revela o esforço do Estado em combater a desnutrição dos trabalhadores urbanos, com foco nas regiões Norte e Nordeste. A criação de Restaurantes Populares e programas de educação alimentar buscava garantir refeições racionais, balanceadas e a preços acessíveis. A expansão do SAPS enfrentou limites estruturais: falta de recursos, concentração dos serviços nas capitais, dificuldades logísticas e conflitos culturais, sua expansão expôs ainda a interseção de interesses entre trabalhadores, autoridades políticas, econômicas e a comunidade médico-científica, confirmando a centralidade da alimentação como eixo de projetos de poder e desenvolvimento.

Na Amazônia, as instalações de Restaurantes Populares, Postos de Subsistência e o Serviço de Visitação Alimentar do SAPS, articularam políticas nacionais e internacionais de enfrentamento dos quadros de desnutrição e da

penúria da saúde pública na região, configurando um cenário que exigiu ações pontuais de assistência e educação alimentar integradas às políticas de desenvolvimento regional, conciliando os paradigmas da Ciência e do Estado na construção de políticas públicas de alimentação e saúde. No entanto, tensionadas pelos interesses das elites regionais, pelas dificuldades financeiras e logísticas e, sobretudo, das divergências culturais entre os hábitos alimentares locais e o padrão dietético racionalizado da autarquia.

Desse modo, a experiência do SAPS em Belém consolidou o processo complexo, permeado por disputas, conflitos e adaptações políticas, sociais e culturais, além de restrições orçamentárias e contradições estruturais. Tornando-se um marco das políticas públicas de alimentação na região amazônica. Assim, a trajetória do SAPS na Amazônia ilustra os potenciais e os limites das políticas públicas de alimentação no pós-Segunda Guerra Mundial, e a capacidade de intervenção do Estado em proporcionar melhores condições alimentares às populações paupérrimas de regiões marcadas pelas contradições da modernidade e do progresso.

Por outro, mostrou a insuficiência de projetos centralizadores e universalistas em contextos periféricos e culturalmente diversos. A experiência de Belém, em especial, constitui um referencial importante para o debate contemporâneo sobre segurança alimentar, pois demonstra que o combate à fome e à desnutrição requer políticas que transcendam perspectivas científicas e colonialistas, reconhecendo a diversidade dos sistemas alimentares locais, reafirmando a centralidade da alimentação enquanto dimensão estratégica para a promoção da justiça social.

Fontes consultadas

A MANHÃ. **Beneficiado mais um Estado com os serviços do SAPS:** um restaurante, um posto de subsistência e agência local foram inaugurados na Bahia. Ano IX, nº 2677. Rio de Janeiro. 19 de abril de 1950. p. 2.

A MANHÃ. **Mais de 204 Restaurante em todo país:** transformação o SAPS em Serviço Nacional de Alimentação. Ano VII, nº 2075. Rio de Janeiro, 1948. p. 7.

A NOITE. **Abertas as matrículas para o reinício do Curso de Nutrólogos e nutricionista do SAPS.** Ano XXXVI, nº 12.469. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1947. p. 6.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Aumenta a Freguesia do SAPS.** nº 17.123, Belém, 12 agosto de 1951. p. 16.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Aviso do SAPS:** Inauguração do Restaurante Popular. nº 15.883. Belém, 20 de outubro de 1950. p. 3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Curso de Nutrição do SAPS.** nº 17.259. Belém, 29 de janeiro de 1952. p. 3.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Curso de Nutrição do SAPS.** nº 17.260. Belém, 30 de janeiro de 1952. p. 2.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Entrega do Restaurante aos trabalhadores.** nº 15.887. Belém, 25 de outubro de 1950. Pp. 8-4.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **SAPS – Aviso aos frequentadores.** nº 17.492. Belém, 20 de outubro de 1953. p. 2.

A VANGUARDA. **Nota Oficial do SAPS.** nº 4.405. Belém, 01 de abril de 1953. p. 3.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Legislação Informatizada – Portal da Câmara dos Deputados.** Brasília, 5 ago. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

BRASIL. IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil** – 1996. 1947.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Boletim do SAPS.** nº 9. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1945. p. 37.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Boletim do SAPS.** nº 9. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Março de 1948. p. 1.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Boletim do SAPS.** nº 11. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Setembro de 1945. p. 19.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Boletim do SAPS.** nº 46. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Março de 1950. p. 6.

COSTA, D. Alimentação e o Cultivo da Terra. **Folha do Norte.** 3ª seção 1 de janeiro de 1940, Belém. p. 17.

COSTA, D. Peixe, Castanha: substituto da carne na Amazônia. **A Província do Para.** nº 17.484. 4 de outubro de 1953. p. 16-4.

FOLHA DO NORTE. Edgar Penna Carvalho. nº 22.654. Belém, 17 de outubro de 1950. p. 5.

FOLHA VESPERTINA. **Realizações do SAPS**: Inauguração do Restaurante Popular. nº 22.660. Belém, 20 de outubro de 1950. p. 3.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Mais de 204 Restaurante em todo país**: transformação o SAPS em Serviço Nacional de Alimentação. Ano 73, nº 110. Rio de Janeiro, 1948. p. 7.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Pesquisas de Nutrição na Amazônia**: um livro do diretor dos cursos do SAPS. Ano 74, nº 155. Rio de Janeiro, 1949. p. 7.

JORNAL DO COMMERCIO. **Curso grátis de nutricionismo, para moças, no Rio de Janeiro**. Ano XI, VI, nº 15.247. Manaus, 3 de janeiro de 1950. 6-2.

JORNAL DO COMMERCIO. **Serão fechados todos os postos do SASP espalhados pelo Brasil**. Ano IV. nº 16988. Manaus, 12 de junho de 1959. p. 1.

NABUCO, F. J. Josué Apolônio de Castro. **FUNDAJ**. 2021. Disponível em: [Josué de Castro - Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro](#). Acesso em: 18 ago. 2025.

O LIBERAL, **O SAPS já venceu no Pará**. nº 1.131. Belém, 15 de novembro de 1952. p. 9.

O LIBERAL. **Será instalada em Belém a Escola de Nutrição do SAPS**. nº 248. Belém, 13 de setembro de 1947. p. 4.

O LIBERAL. **As Realizações Do SAPS Em Belém**: Inaugurado o Posto De Previdência nº 4 no Mercado De São Braz. Ano 1. nº. 243. Belém, 8 de setembro de 1947. p. 4.

O LIBERAL. **SAPS**. nº 1.101. Belém, 11 de outubro de 1952. p. 9.

O LIBERAL. **Curso de Nutrição do SAPS**. nº 889. Belém, 29 de janeiro de 1952. p. 2.

O LIBERAL. **Empolgante festa cívica dos “Clubes dos 4E”**: de 900 a 1000 refeições diárias fornece o SAPS. Ano V. nº 770. Belém, 6 de setembro de 1951. p. 3.

O LIBERAL. **O Natalício do Senador Magalhães Barata**: As comemorações durante o dia de ontem - Melhoramentos inaugurados pelo governo, em homenagem à data. Ano 1. nº 165. Belém, 3 de junho de 1947. p. 1.

O LIBERAL. **Palpitante requerimento do dep. Rui Mendonça**: nem todo operário pode almoçar no SAPS – apelo para que seja incluído um prato de CR\$ 3,00. Ano V. nº 688. Belém, 31 de maio de 1951. p. 2.

O LIBERAL. **Promoverá o SAPS o Natal do Trabalhador**. nº 858. Belém, 21 de dezembro de 1951. p. 2.

O LIBERAL. **SAPS**. nº 1.101. Belém, 11 de outubro de 1952 p. 9.

PEREIRA, N. A Amazônia na geografia da fome. **A Província do Pará**. nº 14.884. Belém, 9 de julho de 1947. Pp. 4-5.

Referências bibliográficas

BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008. Pp. 23-80.

CASCUSO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o Dilema brasileiro: pão ou aço. V. 1. 7ª e. São Paulo, Editora Brasiliense, 1961.

CHAVES, C. V. Belém e os sentidos da modernidade na Amazônia. **Revista Amazônia Moderna**, v. 1, p. 26-43, 2017.

CHAVES, T. A. P. de V. **O plano de urbanização de Belém**: cidade e urbanismo na década de 1940. 216 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA, D. **Saúde, Alimentação e Pobreza Na Amazônia**. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1965.

COSTA, F. de A. **Grande capital e agricultura na Amazônia**: a experiência Ford no Tapajós. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, T. L. P. **Não só de cafezinho com farinha vivia o homem macapaense**: a “boa alimentação” e o paladar macapaense (1940-1956). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CRUZ, E. **História de Belém**. v. 1. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

DERENJI, J. da S. Modernismo na Amazônia. Belém do Pará, 1950/70. **Arquitextos**, São Paulo, ano 02, n. 017.04, out. 2001.

EVANGELISTA, A. M. C. **Arroz e feijão, discos e livros**: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói Brasil, 2012. p. 262.

FERREIRA, L. O. **O nascimento de uma instituição científica**: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. 1996. 176 f. (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FIGUEIREDO, A. Páginas Antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraense (1822-1922). **Revista Margens Interdisciplinar**. Vol. 2. N 3. 245-266. 2005.

FOGAGNOLI, M. M. **"Almoçar bem é no SAPS!"**: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2011. p. 119.

FONSECA, C. M. O. **Saúde no Governo Vargas** (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FONTES, E. J. O. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, nº 7, 2013. Pp. 131-151.

FONTES, E. J. de O. **O pão nosso de cada dia**: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém 1940-1954). Belém: Paka-Tatu, 2002.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, E. C. R. **Vida material**: entre casas e objetos, Belém 1920-1945. 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2009.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930 1945). **Educar em Revista**, n. 25, 2005. Pp. 127-141.

HOCHMAN, G.; FONSECA, C. M. O. Políticas de saúde e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Pp. 73-93.

LACERDA, F. G. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). 346 f. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: I. Período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição**, v. 1, n. 2, 1988. Pp. 87-138.

LIMA, A. M. Revisitando o cotidiano: Belém na memória da -geração de 1930. **Terceira Margem Amazônia**, v. 1, n. 3, 2013. Pp. 67-82.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008. Pp. p. 111-155

MACIEL, M. E. Uma Cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, nº 33, janeiro-junho. Rio de Janeiro, 2004. Pp. 25-39,

MIRANDA, A. G.; JR ABREU, J. M. C.; MUNIZ, E. S. Ingredientes de um prato exótico: saúde e alimentação em pauta no primeiro Congresso Médico Amazônico (Belém, 1939). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. V. 27. N. 1. 2020. pp. 219-237.

MIRANDA, C. S.; MANESCHY, B. M. Belém com fisionomia de metrópole: David Lopes e a produção arquitetônica nos anos 40. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 12, 2021.

MUNIZ, E. S. A ciência e a mandioca: os hábitos alimentares na Amazônia e a obra de Dante Costa. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 11, n. 2, 2015. Pp. 56-80.

MUNIZ, E. S. A. **Comida, trabalho e assistência social**: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. 222 f.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará**: Estudo de Geografia Urbana, v. 1. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SARETTA, F. Crescimento e política econômicos no governo Dutra. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 25, n. 3, 1995. pp. 415-431.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

SARGES, M. de N. **Belém**: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 3ª Ed. Belém: Paka-tatu, 2010.

SILVA, C.; ANDRADE, R. O SAPS e a cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos (1945-1950). **Estudios Sociales del Estado**. V9. N. 16. 2022. pp. 150-173.

VIDAL, C. C. P. Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 145, 2008.